

Em clima de alívio

CRÉDITO EXTERNO

JÁ VIRTUALMENTE decidida pelos bancos — e aí temos a palavra-chave do Presidente do Citibank, John Reed — a renovação por mais noventa dias dos créditos comerciais (US\$ 10 bilhões) e do interbancário (US\$ 6 bilhões) concedidos ao Brasil alivia uma atmosfera de outra maneira só propícia a tensões ou especulações financeiras e políticas e favorece a posição negociadora do Brasil em relação a toda a dívida externa.

O COMPORTAMENTO flexível dos bancos não constitui propriamente surpresa, pois o Brasil tem criado condições para uma resposta de tal natureza pagando em dia os juros e as taxas de risco aos credores e apresentando os trunfos de uma reserva de US\$ 8 bilhões e superávits mensais além de US\$ 1 bilhão na balança comercial. A formalização da prorrogação, entretanto, adquire importante peso dentro do contexto sócio-econômico interno, pois do suprimento desse capital de giro ficam dependendo o financiamento das importações de mercadorias e serviços brasileiros e a cobertura de caixa das agências dos nossos bancos no exterior. Além disso, o fato de atravessarmos a barreira do prazo de 31 de agosto tende a abrir perspectivas animadoras para a renegociação das dívidas de médio e longo prazos, terreno onde ainda temos diferenças a acertar com o Fundo Monetário Internacional.

O PRESIDENTE do Conselho de Administração do Citibank, maior credor individual do Brasil,

incumbiu-se de inserir uma mensagem de confiança no clima de pessimismo — ou ao menos de grande preocupação — em que muitos se haviam deixado novamente envolver. Ele se referiu, falando em São Paulo, ao "excelente desempenho" das exportações nacionais e outros resultados dos esforços do Governo José Sarney que podem, inclusive, dispensar o Brasil de novos empréstimos destinados a rolar a sua dívida nos próximos quatro anos.

A PRORROGAÇÃO das linhas de crédito de curto prazo depende do rumo dos acordos com o FMI, não havendo dúvida porém de que a decisão unilateral dos bancos, no caso, conta em favor da análise e dos julgamentos do Fundo como acompanhante das nossas medidas de reajuste econômico e avalista dos nossos débitos junto ao sistema bancário internacional.

NESTA ALTURA, já se chega até a especular sobre a possibilidade de sair o País da crise fora do monitoramento do FMI. Não, todavia, sob uma perspectiva de endurecimento ou de ruptura, e sim como consequência espontânea dos bons frutos que continuemos a colher na estratégia de combate à inflação e demais fatores do desequilíbrio interno.

ENFIM, o Brasil dá sinais de competência na administração do endividamento, sem haver cedido a qualquer tentação partida do irrealismo ou de bandeiras radicalizantes. Observe-se, em particular, quanto a linha em que se pau-

ta firme e coerentemente o Ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, sai ganhando no rumo tomado pelos acontecimentos. E vão se tornando cada vez mais distantes hipóteses que certamente agradariam, por exemplo, a Fidel Castro e outros líderes do "calote" latino-americano, mas afetariam a credibilidade internacional do País talvez em termos irremediáveis.

NO MESMO capítulo da dívida externa vale ainda ressaltar o esclarecimento feito pelo Governo de que cumprirá o dever democrático de manter o Congresso sempre suficiente e fielmente informado sobre os fatos e a direção das negociações com o FMI, sem contudo submeter à instância parlamentar as decisões correspondentes. Antes de mais nada, porque o Brasil não está pedindo dinheiro novo aos bancos, limitando-se à renegociação da dívida existente. De resto, trata-se de uma responsabilidade típica do Poder Executivo, em função da própria índole da matéria e de sua extrema complexidade operacional.

O CONGRESSO não tem por isso as suas prerrogativas negadas ou abaladas. É evidente que ele influirá no processo decisório da dívida, através do debate e da formulação de propostas. Parece impensável, entretanto, a interferência direta de um considerável e fragmentado corpo político-legislativo na condução de assuntos que exigem trato dinâmico e se submetem a normas e prazos bem demarcados.